



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 10935.005014/2007-15  
**Recurso nº** Especial do Procurador  
**Resolução nº** 9202-000.141 – 2ª Turma  
**Data** 28 de setembro de 2017  
**Assunto** Diligência, apensação.  
**Recorrente** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

RESOLUÇÃO GERADA NO Poder CARF  
Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência à Unidade de Origem, para que este processo fique sobrestado até que o processo de nº 10935.005024/2007-42, que trata de obrigação principal, esteja pronto para julgamento em conjunto.

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente em exercício e Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Maria Helena Cotta Cardozo, Patricia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz (suplente convocada), Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício).

## Relatório

### Do auto de infração ao recurso voluntário

Trata o presente processo de auto de infração por descumprimento de obrigação acessória - DEBCAD nº 37.044.255-5, à e-fl. 02, cientificado à empresa contribuinte em 25/09/2007, com relatório fiscal da infração às e-fl. 05. O crédito lançado atingiu o montante de R\$ 469.859,59.

De acordo com o relatório fiscal, a empresa deixou de informar em GFIP, desde de janeiro de 2009 até dezembro de 2006, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias abaixo;

a) contribuições previdenciárias incidentes sobre as remunerações pagas aos segurados contribuintes individuais membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, contribuintes estes identificados no anexo "Relação dos Membros dos Conselhos Fiscal e de Administração não Declarados em GFIP ", parte integrante deste relatório de autuação;

b) contribuições previdenciárias incidentes sobre remunerações pagas em decorrência de reclamatórias trabalhistas, cujas processos judiciais encontram-se individualizados no anexo "Relação das Reclamatórias Trabalhistas não Declaradas em GFIP", parte integrante deste relatório de autuação;

c) contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos efetuados a cooperativa de trabalho denominada "Cooperativa de Serviços Técnicos Profissionais Ltda - COOPROSERV".

O auto de infração foi impugnado, às e-fls. 310 a 321, em 25/10/2007. Já a 7ª Turma da DRJ/CTA, no acórdão nº 06-16.361, prolatado em 13/12/2007, às e-fls. 419 a 425, considerou, por unanimidade, procedente o lançamento, mantendo o crédito tributário exigido.

Inconformada, em 27/02/2008, a contribuinte, interpôs recurso voluntário, às e-fls. 445 a 467, com argumentos extraídos do acórdão recorrido na síntese abaixo:

*(i) o lançamento já estaria alcançado pela decadência, em face do decurso do prazo de cinco anos previsto no Código Tributário Nacional.*

*ii) a exigência fiscal de registro em GFIP de tais informações se afigura equivocada, pois não constituem bases de cálculo de contribuição previdenciária os pagamentos realizados aos conselheiros e os destinados a COOPROSERV, conforme já impugnado nos autos da NFLD 37.044.2598.*

*(ii.1) em relação ao pagamento á COOPROSERV: tratam-se de despesas que não tem qualquer ligação com a prestação de serviço efetuada pela cooperativa de trabalho.*

---

*Referem-se a viagens, estadias, e alimentação dos prestadores de serviço, portanto, não podem agregar-se à base de cálculo do recolhimento que deve ser feito à título de contribuição social incidente sobre a remuneração paga pela prestação de serviço, pois não fazem parte do aspecto material da hipótese de incidência dessa contribuição, já que sua natureza jurídica é nitidamente indenizatória.*

*(ii.2) em relação aos pagamentos feitos aos conselheiros: os conselheiros são associados, reúnem-se uma vez por mês e auferem ganhos com base nesses eventos. Tem tais órgãos o objetivo de Legitimar determinadas ações sociais da cooperativa, em proveito comum de todos os associados, sem objetivo de lucro. É justamente por essas razões que a legislação previdenciária o considera como contribuinte individual, não constituindo fato gerador de contribuição incidente sobre a folha de salários.*

*(iii) em relação à ausência de informação das remunerações pagas em reclamatórias trabalhistas, houve a retificação de tais informações em GFIP, devendo, portanto, a multa ser relevada.*

O recurso voluntário foi apreciado pela 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da Segunda Seção de Julgamento em 08/02/2012, resultando no acórdão 2301-02.587, às e-fls. 260 a 285, que tem as seguintes ementas:

***PREVIDENCIÁRIO CUSTEIO IRREGULARIDADE DA AUTUAÇÃO INOCORRÊNCIA.***

*Tendo o fiscal autuante demonstrado de forma clara e precisa a infração e as circunstâncias em que foi praticada, contendo o dispositivo legal infringido, a penalidade aplicada e os critérios de graduação, e indicando local, data de sua lavratura, não há que se falar em nulidade da autuação fiscal posto ter sido elaborada nos termos do artigo 293, Decreto 3.048/1999.*

***PREVIDENCIÁRIO CUSTEIO ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA NÃO APRECIAÇÃO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO.***

*A legislação ordinária de custeio previdenciário não pode ser afastada em âmbito administrativo por alegações de inconstitucionalidade, já que tais questões são reservadas à competência, constitucional e legal, do Poder Judiciário.*

*Neste sentido, o art. 26A, caput do Decreto 70.235/1972 e a Súmula nº 2 do CARF, publicada no D.O.U. em 22/12/2009, que expressamente veda ao CARF se pronunciar acerca da inconstitucionalidade de lei tributária.*

***PREVIDENCIÁRIO CUSTEIO AUTO DE INFRAÇÃO DE OBRIGAÇÃO ACESÓRIA GFIP APRESENTAÇÃO DE GFIP COM DADOS NÃO CORRESPONDENTES AOS FATOS GERADORES DE TODAS AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SÚMULA VINCULANTE STF Nº 8 PERÍODO ATINGIDO PELA DECADÊNCIA QÜINQUENAL APLICAÇÃO DO ART. 150, § 4º, CTN O STF em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/1991. Após, editou a***

*Súmula Vinculante nº 8, publicada em 20.06.2008, nos seguintes termos: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".*

*Nos termos do art. 103A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.*

*Na hipótese presente, verifica-se que a decisão de segunda instância no processo da obrigação principal conexo a este, qual seja, processo nº 10935.005024/200742, constata pagamentos realizados pela Recorrente a homologar pela Auditoria-Fiscal no período 01/1999 a 12/2006.*

*Então, aplicando-se o entendimento do STJ no REsp 973.733/SC nos termos do art. 62A, Anexo II, Regimento Interno do CARF RICARF, exsurge a regra de decadência insculpida no art. 150, § 4º, CTN para todas as competências, posto que houve recolhimentos antecipados a homologar feitos pelo contribuinte em pelo menos uma competência objeto do AI, além de não se materializar as hipóteses de dolo, fraude ou simulação.*

*Verifica-se, da análise dos autos, que a cientificação da AI pela Recorrente se deu em 25.09.2007 e o débito se refere a contribuições devidas à Seguridade Social no seguinte período 01/1999 a 12/2006.*

*Nos termos do artigo 150, § 4º, CTN, constata-se que já se operara a decadência do direito de constituição dos créditos lançados até a competência 08/2002, inclusive.*

*PREVIDENCIÁRIO CUSTEIO AUTO DE INFRAÇÃO GFIP APRESENTAÇÃO DE GFIP COM DADOS NÃO CORRESPONDENTES AOS FATOS GERADORES DE TODAS AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS Constitui infração, punível na forma da Lei, apresentar a empresa a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social GFIP, com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias.*

*A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto-de-infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.*

*CUSTEIO AUTO DE INFRAÇÃO ARTIGO 32, IV, §§ 4º e 5º, LEI Nº 8.212/91 APLICAÇÃO DO ART. 32, IV, LEI Nº 8.212/91 C/C ART. 32-A, LEI Nº 8.212/91 PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE BENÉFICA ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO ART. 106, II, C, CTN Conforme determinação do art. 106, II, c do Código Tributário Nacional CTN a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.*

*Desta forma, há que se observar qual das seguintes situações resulta mais favorável ao contribuinte, conforme o art. 106, II, c, CTN: (a) a norma anterior, com a multa prevista no art. 32, inciso IV, Lei nº 8.212/1991 c/c art. 32, §§ 4º e 5º, Lei nº 8.212/1991 ou (b) a norma atual, nos termos do art. 32, inciso IV, Lei nº 8.212/1991 c/c o art. 32-A, Lei nº 8.212/1991, na redação dada pela Lei 11.941/2009.*

O acórdão teve o seguinte teor:

*ACORDAM os membros do Colegiado, nas preliminares, por unanimidade de votos em reconhecer a decadência até a competência de 08/2002, inclusive, com base no art. 150, § 4º do CTN. No Mérito, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para que se recalcule o valor da multa, se mais benéfico ao contribuinte, de acordo com o disciplinado no art. 32-A da Lei 8.212/91, na redação dada pela Lei 11.941/2009.*

#### RE da Fazenda

A Procuradoria da Fazenda foi intimada do acórdão em 09/04/2012 (e-fl. 505) e interpôs recurso especial de divergência, em 11/04/2012, às e-fls. 506 a 513, dele divergindo com relação a duas matérias: a) decadência do direito de constituição do crédito tributário relativamente à competência de 12/2001 e b) aplicação da retroatividade benigna à multa aplicada.

Relativamente à matéria de a), em situação fática similar, o acórdão paradigma nº 2402-01.335, afirma que, para contagem do prazo decadencial em caso de lançamento por descumprimento de obrigação acessória deva-se seguir art. 173, inc. I, do CTN. Já o acórdão recorrido afirma que a contagem se daria com base no § 4º do art. 150 do mesmo Código.

Já no tocante à b), o acórdão recorrido aplica a retroatividade benigna à penalidade entendendo que, por se tratar de infração relacionada à apresentação da GFIP, o dispositivo legal que deve retroagir para regulamentar a multa aplicada é o art. 32-A da Lei nº 8.212/91, se mais benéfico que a multa do art. 32, com a redação anterior à MP nº 449/2008, independentemente de ter havido ou não lançamento de ofício; já o paradigma nº 2401-00127, consignou que, havendo lançamento do tributo juntamente com a lavratura de auto de infração por descumprimento de obrigação acessória, o dispositivo legal a ser aplicado passa a ser o art. 35-A da Lei nº 8.212/91, que nos remete ao art. 44, I, da Lei nº 9.430/96. Além disso, no voto do paradigma consta que: "...para evitar o bis in idem, o cálculo da multa deve ser efetuado pela aplicação do art. 44, inciso I, da Lei 9.430/1996, excluindo-se os valores das multas lançadas nas notificações correspondentes."

Nessa linha de raciocínio, a Procuradora afirma que as notificações fiscais e os autos de infração devem ser mantidos, com a ressalva de que, no momento da execução do julgado, a autoridade fiscal deverá apreciar a norma mais benéfica: se as duas multas anteriores (arts. 35, II e 32, § 5º da Lei nº 8.212/91) ou a do art. 35-A incluída pela MP 449.

Ao final, a Procuradora requer o conhecimento de seu recurso, para que seja reformado o acórdão recorrido, seguindo o entendimento deste recurso.

O recurso especial de divergência da Fazenda foi apreciado pelo então Presidente da 4ª Câmara da Segunda Seção de Julgamento do CARF, nos termos dos arts. 67 e

68 do Anexo II Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria nº 256 de 22/06/2009, no despacho nº 2400-830/2012, às e-fls. 516 aa 519, datado de 22/11/2012, entendendo por lhe dar seguimento, ao vislumbrar similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma e o recurso especial cumprir os demais requisitos regimentais.

### **Contrarrazões da contribuinte**

Cientificada (e-fl. 521) do acórdão nº 2403-01.129, do recurso especial de divergência da Fazenda e do despacho de admissibilidade nº 2400-830/2012 em 24/01/2013 (e-fl. 522), a contribuinte apresentou contrarrazões a ele em 08/02/2013, às e-fls. 523 a 530.

Em seus argumentos, afirma que as obrigações acessórias devem seguir ao principal também no que respeita à decadência, e por isso o direito de a autoridade administrativa constituir e lançar os débitos relativos à ausência de informações de pagamentos realizados em reclamatórias trabalhistas, encontra-se fulminado pelo manto decadencial, assim se encontrando todos os fatos geradores ocorridos anteriormente a agosto de 2002.

Com relação à multa, afirma que o entendimento professado nos paradigmas estaria há muito superado por decisões recentes cujas ementas apresenta e não havendo benefício à recorrente, pela natureza de seus argumentos, haveria falta de interesse recursal da parte da zenda.

Finaliza por requerer que não seja provido o recurso especial da Fazenda e mantido incólume o acórdão *a quo..*

É o relatório.

### **VOTO**

Conselheiro Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Relator

Pela informação constante do penúltimo parágrafo à e-fl. 497, do acórdão nº 2301-02.587, aqui controvertido, verifico que a infração que deu azo ao descumprimento da obrigação acessória em testilha no presente processo é a mesma que levou à exigência do tributo, como obrigação principal, no processo nº 10935.005024/2007-42, ainda pendente do julgamento do seu recurso especial de divergência interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e já admitido para esta 2ª Turma. Dessa forma, a decisão naquele processo pode ter consequência direta sobre o presente e, por essa razão, devem ambos serem apreciados em conjunto.

Dessarte, voto no sentido de converter o julgamento do recurso em diligência, para que seja este processo fique sobrestado até que seja o processo de nº 10935.005024/2007-42, que trata de obrigação principal, esteja pronto para julgamento em conjunto, para que sejam evitadas decisões conflitantes.

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos